



**Educando
para a paz**

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

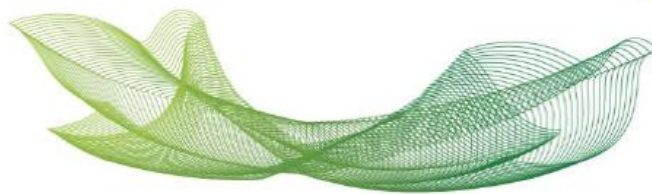
**CAMILA VIANA DE OLIVEIRA
STHEFANY CAROLINE DE OLIVEIRA**

**IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA OS MORADORES DA
FAVELA DE PARAISÓPOLIS-SP**

Atibaia e Campinas
2024



*Como fazer duas vezes melhor,
Se você tá pelo menos cem vezes atrasado?
Pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses
Por tudo que aconteceu.
Duas vezes melhor como?
Ou você vai ser o melhor ou o pior de uma vez
E sempre foi assim.
Você vai escolher o que tiver mais perto de você,
O que tiver dentro da sua realidade.
Você vai ser duas vezes melhor como?
Racionais MC's*



IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA OS MORADORES DA FAVELA DE PARAISÓPOLIS

OLIVEIRA, Camila – RA: 202107324

OLIVEIRA, Sthefany – RA: 202111443

SOUZA, Leila Jesus Manzano

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa analisar os impactos sociais da pandemia da COVID-19 na favela de Paraisópolis, enfatizando as mudanças nas dinâmicas da comunidade, bem como os desafios enfrentados por seus moradores. A pesquisa investiga as medidas implementadas pela Prefeitura de São Paulo para conter a propagação do vírus, avaliando a eficácia das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social. Além disso, o estudo examina a forma como a comunidade local se organizou para enfrentar as adversidades geradas pela crise sanitária, destacando a solidariedade entre os moradores e as iniciativas coletivas que surgiram nesse cenário. A metodologia adotada inclui a análise de dados, além de uma revisão de literatura relevante, permitindo uma compreensão dos efeitos da pandemia em Paraisópolis e das respostas coletivas desenvolvidas diante das dificuldades enfrentadas. O trabalho busca contribuir para o entendimento dos impactos sociais da COVID-19 em comunidades vulneráveis, oferecendo reflexões sobre a resiliência e a organização social em tempos de crise.

PALAVRAS-CHAVE: Paraisópolis; Pandemia; COVID-19; Desigualdade Social; Política Pública, Comunidade.



1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe à tona diversas desigualdades sociais, evidenciando a vulnerabilidade das populações marginalizadas, especialmente em favelas brasileiras. Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, localizada na zona sul da cidade, tornou-se um ícone desta discrepância social exacerbada pela crise sanitária. Neste contexto, as populações que já enfrentavam dificuldades econômicas e falta de acesso adequado a serviços públicos, como saúde e educação, viram-se ainda mais fragilizadas diante de um sistema que não conseguiu responder de forma eficaz às suas necessidades.

Historicamente, as favelas no Brasil são o reflexo de um processo de exclusão social que remonta ao período pós-abolição, quando ex-escravos e seus descendentes foram marginalizados e privados de políticas públicas inclusivas. Segundo o professor Antônio Barbosa (2017), a falta de esforços do Brasil para integrar os ex-escravos na sociedade deixou essa população à mercê da própria sorte. Logo, a ausência de planejamento e políticas públicas para reparar os danos causados pelo período escravocrata contribui para a persistente desigualdade social.

Diante do modelo econômico neoliberalista e com o advento da pandemia da COVID-19, essa desigualdade se intensificou afetando de maneira desproporcional os moradores de favelas, que enfrentaram não só o risco sanitário, mas também a precariedade de infraestrutura, a falta de políticas públicas adequadas e a invisibilidade diante das ações do Estado.

Dessa forma, este estudo parte do pressuposto de que a pandemia da COVID-19 agravou as desigualdades sociais em Paraisópolis, principalmente pela ausência de políticas públicas e sociais e pela falta de investimento do Estado para atender à população no auge da crise, visto que existe um estigma associado às favelas que contribui para sua invisibilidade perante as políticas públicas.

Tendo tudo isso em vista, esta pesquisa tem como objetivos: contextualizar a formação das favelas no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo; compreender o cenário pandêmico no âmbito social provocado pela COVID-19 e os impactos causados por ela; explicar o alcance da Prefeitura de São Paulo na contingência da pandemia e influência nas comunidades; compreender os desafios enfrentados pelos



moradores de Paraisópolis durante a pandemia e como as medidas adotadas ou a ausência delas influenciaram a vida dessas pessoas, fornecendo uma reflexão crítica no que tange ao papel do Estado e a resiliência das populações vulneráveis em momentos de crise.

Entende-se que para o Serviço Social, pesquisar sobre os impactos da COVID-19 nas favelas é fundamental para planejar e implementar intervenções eficazes, que respondam às necessidades reais dessas comunidades principalmente em tempos de crise, bem como no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas eficazes. Ademais, o Serviço Social tem como um de seus pilares a promoção da justiça social, portanto, conhecer os impactos da pandemia nas favelas possibilita ações concretas na luta contra a marginalização e a exclusão social, além de evidenciar a importância da organização comunitária e do protagonismo.

2 FORMAÇÃO DAS FAVELAS

2.1 Contextualização do surgimento das primeiras favelas em São Paulo e no Brasil

Originalmente a palavra favela designa o nome de uma planta medicinal, cujo a terminologia científica é *Cnidoscolus phyllacanthus* pertencente à família Euphorbiaceae, comum na região nordeste do Brasil, a planta tem como característica principal frutos leguminosos em formato de favo. De acordo com a Revista Brasileira de Plantas Medicinais da Scielo “A espécie *Cnidoscolus phyllacanthus*, popularmente conhecida como faveleira ou favela, conta com diversos relatos na medicina popular, tais como: cicatrizante, analgésico, anti-inflamatório, antibiótico e diurético (2016)”.

Contemporaneamente, o termo “favela” pouco é lembrado pela planta, mas é utilizado para se referir a ocupações de grande densidade demográfica que são constituídas de forma irregular e tem condicionante na questão social e suas múltiplas expressões. O vocábulo, no seu sentido atual, tem sua ascendência no contexto da Guerra de Canudos (1896-1897) e foi empregado pela primeira vez em um dos maiores clássicos da literatura brasileira: Os Sertões, de Euclides da Cunha. O escritor e jornalista empregou a palavra para se referir a região em que os soldados brasileiros se instalaram, local que continha grande concentração da espécie, e por esse fato



ficou conhecido como Morro da Favela e, a partir disso, a palavra designada para se referir a uma planta ganhou novo significado.

Segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “favela é um conjunto de domicílios com, no mínimo, 51 unidades, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais”. A partir do reconhecimento do significado do termo, as favelas puderam ganhar visibilidade diante de políticas públicas pois tem sua identidade estigmatizada principalmente pela pobreza e falta acesso à recursos, uma vez que o problema existe e é de conhecimento mútuo, torna-se possível o planejamento de intervenções para mudar tal realidade. Quando falamos em “favela” trazemos à tona todas as expressões da questão social que nela existem e reafirmamos que estes locais devem ser objeto de intervenção do aparelho público.

De acordo com Amarolina Ribeiro (Brasil Escola, 2024):

As primeiras favelas teriam surgido, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Surgiram como resultado de uma série de fatores. A política governamental instalada no início do século XX, no Rio de Janeiro, tinha por objetivo eliminar do centro da cidade moradias precárias, como os cortiços, e enviou os cidadãos de baixa renda para áreas afastadas. O êxodo rural, a acelerada urbanização e a industrialização também apresentaram papel fundamental na origem das favelas.

O registro encontrado da primeira favela no Brasil foi no estado do Rio de Janeiro, capital do país neste período. No ano de 1897 no Sertão da Bahia um local denominado Arraial de Canudos foi atacado pelo exército brasileiro, especificamente a Igreja evangélica liderada por Antônio Conselheiro. Fugindo da extrema miséria, muitos trabalhadores rurais e suas famílias migraram para a região, o que a tornou populosa. A população de Arraial combatia a desigualdade por meio da organização social, compartilhavam rebanhos e lavouras e detinham um viés comunitário de sobrevivência, fator que corroborou para a melhora na qualidade de vida de diversos agricultores.

Os grandes latifundiários ficaram incomodados com a perda de trabalhadores e consequentemente mão de obra, por esse motivo acreditavam que a comunidade ali formada tinha ideias monarquistas e aspiravam derrubar a recente república. Com isso, padres e coronéis pressionaram o Governador da Bahia para destruir Arraial e eliminar a ameaça ao poder. A ideia foi acatada e foram enviadas duas expedições militares para o local que resultaram em fracasso para os soldados cariocas. Na mais



violenta expedição, enviada pelo Governo Federal, com mais de 5.000 mil homens que lutaram num intenso bombardeio, levou a destruição do povo de Canudos

Aos soldados convocados para a Guerra de Canudos foi feita a promessa de que cada homem que retornasse do conflito receberia um pedaço de terra para morar. Porém, o exército brasileiro não cumpriu com o prometido e os deixou à mercê de sua própria sorte. Sem ter recursos para retornarem às suas terras, os guerrilheiros se instalaram em um morro que ficava localizado na frente do Ministério do Exército no Rio de Janeiro e montaram seus barracos que, com o passar do tempo, foram ampliados. Esse acontecimento histórico marca o registro da formação da primeira favela no Brasil, que ficou conhecida como Morro da Favela na sua gênese, e nos dias de hoje, atual Morro da Providência.

De acordo com Pasternak e D'ottaviano (SciELO,2016):

Historicamente, o acesso à moradia para a população de baixa renda no Brasil se deu, em geral, de forma precária e a partir de três tipos básicos de moradia: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, com moradia própria e autoconstrução. Falar de favela é falar das cidades grandes e médias no Brasil no final do século XX e início do século XXI. Embora tenha nascido como uma marca da cidade do Rio de Janeiro, já no início do século XX, nas últimas décadas do século, as favelas se fizeram presentes na maior parte das grandes cidades brasileiras e, desde 2000, também nas cidades médias.

O processo histórico de ocupação das cidades brasileiras é caracterizado pela falta de planejamento urbano e ausência de políticas habitacionais, fatores que geram a segregação socioespacial. De acordo com o artigo: “Segregação socioespacial, morfologia da expansão e fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio”, Peres e Saboya (SciELO, 2024), a segregação socioespacial é um processo inerente à construção dos espaços urbanos, particularmente em contextos periféricos e de desigualdades socioeconômicas onde a restrição do contato social aprofunda condições de uma urbanização desigual.

O advento da Revolução Industrial ocasionou o crescimento econômico acelerado nos centros urbanos, o que atraiu pessoas de diversas regiões do país - com destaque para a população rural - para esses territórios. Em busca de melhor qualidade de vida e moradia perto do trabalho, em meados de 1930, os centros urbanos passaram a receber migrantes e imigrantes de outros países para trabalhar nas fábricas e nos comércios, resultando no inchaço de pessoas habitando os grandes centros econômicos. O crescimento populacional nas áreas urbanas, somado à



negligência de políticas públicas, dificultou o acesso a bens e serviços contemplados em diversas áreas como educação, habitação, saúde básica, infraestrutura e assistência social. Nesta época, o Brasil entrou num período de maior desenvolvimento econômico, fator que refletiu no crescimento da renda per capita, salários e consumo. À medida em que a industrialização progrediu, a concentração de renda aumentou, ampliando a desigualdade social, processo que culminou no aumento da tensão nas relações de trabalho e fomentou as expressões da questão social. Segundo Sandra Martine (2023, p.57):

A questão social é um dos resultados do processo de industrialização no modo de produção, tendo como fato a desigualdade social. Com a construção das fábricas, que demandavam mão de obra, os trabalhadores ficavam cada vez mais pobres e começaram a compreender essa situação, da qual a exploração estava além da troca da mão de obra, da mais valia.

Visto isso, a demanda por moradias e ofertas de serviços básicos de sobrevivência aumentou de forma exponencial, somado à ausência de políticas públicas sociais e de habitação que são agravadas pela lógica neoliberal. O Estado não se colocava como responsável diante das necessidades sociais e as expressões da questão social se agravaram. Outro fator agravante deste período foram as condições precárias de trabalho, que eram caracterizadas pelo baixo salário, longas horas de jornada de trabalho e ausência de direitos trabalhistas.

Portanto, os trabalhadores não ganhavam o suficiente para a sua subsistência e a moradia também foi precarizada. Nesse contexto surgem os cortiços, segundo a Lei Municipal nº 10.928 (promulgada no ano de 1991 em São Paulo), também conhecida como Lei Moura, que regulamenta esse tipo de ocupação, cortiços são unidades usadas como moradia coletiva multifamiliar, em condições precárias de salubridade.

Constata-se, portanto, que o desenvolvimento das cidades brasileiras é marcado por mudanças profundas, e que há uma ligação entre cidade oficial e ilegalidade, assumida por moradias precárias fruto de loteamento clandestinos e invasões de terras que formam as primeiras favelas (Sandra Martine, 2023, p.26).

Historicamente, o acesso à habitação para a população de baixa renda no Brasil ocorreu, em sua maioria, de maneira precária, através de três modalidades



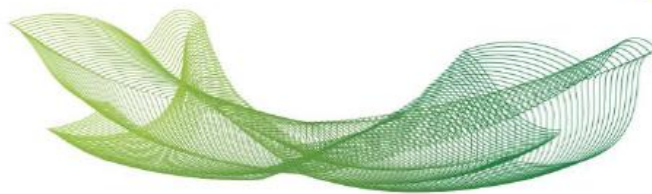
principais: cortiços, favelas e loteamentos nas áreas periféricas, onde a moradia própria e a autoconstrução predominam.

No Brasil, existem mais de 13 mil favelas, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica estes locais como “aglomerados subnormais em que residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia mais precárias”. O número é do ano de 2019 e representa mais que o dobro das 6,3 mil favelas registradas pelo Censo de 2010. Também na cidade de São Paulo, o número de pessoas vivendo em favelas tem crescido, ainda que as quantidades variem conforme a fonte de informação. A Prefeitura aponta para a existência de 1,7 mil favelas, nas quais há 397 mil domicílios, 6 mil a mais que em 2019. Já o IBGE aponta para cerca de 530 mil domicílios nas favelas da maior cidade do País. Por sua vez, o Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo, que anualmente realiza o Mapa da Desigualdade, trabalha com o número de 391,8 mil domicílios em favelas, aumento de 1,3% em relação aos 386,6 mil registrados em 2016.

Segundo o artigo “Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises partir da Leitura Territorial do Censo de 2010” (2016), a região metropolitana de São Paulo apresenta a maior concentração de favelas no Brasil, com 1.703 aglomerados (27% do total de favelas brasileiras) e população favelada de mais de 2 milhões de pessoas (19% da população favelada brasileira).

O aumento do número de pessoas vivendo em favelas deve-se ao fato da excitação da crise econômica no país e à propagação de políticas neoliberais que sondam o Brasil desde os anos 2000. Neoliberalismo, por sua vez, é o termo empregado para designar a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar social ao redor do mundo (dados coletados da SciELO, 2019, em seu artigo “O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais”).

De acordo com Juliana Castilho (2013), São Paulo teve sua independência promulgada no ano de 1822, ano em que iniciou a expansão da produção de cana de açúcar, atividade que foi responsável pelo seu desenvolvimento e modernização. Em meados de 1872 foram fundadas as primeiras usinas de gás, iluminando as vias, e a companhia de água e esgoto, com início do abastecimento de água em 1877. A cidade contou com o forte investimento de empresários na ampliação de ferrovias e transporte público, fator que gerou o desenvolvimento econômico da região e assim



propiciou o aumento do fluxo de migrantes e imigrantes. No período compreendido entre 1940 e 1950, o Estado de São Paulo contava com uma população de 7.180.316 habitantes, segundo dados do IBGE (1940, p.51).

Com a intensificação da onda migratória, São Paulo tornou-se um polo central no mercado de trabalho. A Hospedaria dos Imigrantes, inaugurada em 1888, abrigava os recém-chegados por alguns dias, até que seguissem para as fazendas do interior. Uma parte deles, no entanto, ficaria na cidade. Nela, tentariam ganhar a vida nos pequenos ofícios urbanos e nas indústrias que começaram a surgir (SETUBAL, 2008, p.168).

Em pouco tempo a cidade se tornou um polo de produção, de distribuição industrial e comércio, o que levou ao crescimento populacional. Os investimentos em infraestrutura aconteciam de forma desigual, recebendo maior quantidade de recursos nos bairros onde a classe média e alta se instaurou. Junto ao seu crescimento econômico de ordem capitalista aumentaram proporcionalmente os bairros pobres, iniciando a formação das favelas. As ocupações se desenvolviam de forma irregular nas zonas mais afastadas do centro e os espaços periféricos passaram a integrar a cidade de São Paulo. A infraestrutura da cidade não acompanhou a demanda populacional, tornando-a ineficiente no que tange a demandas essenciais para a população, como abastecimento de água, atendimento habitacional, acesso à saúde e educação.

De acordo com dados encontrados no artigo “Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos”, elaborado pela pesquisadora Suzana Pasternak Taschner (2012):

Em São Paulo, julga-se que as primeiras favelas apareceram na década de 40. O Diário de São Paulo (1/10/1950) relata uma pesquisa feita pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo (hoje extinta) sobre a favela do Oratório, na Mooca, zona leste de São Paulo. Ali moravam 245 pessoas em moradias de tábuas, com apenas 6 vasos sanitários para uso de todos. Também no mesmo ano encontrou-se referência à favela da Rua Guaicurus, na Lapa (zona central) com 230 domicílios e 926 pessoas. No Diário de São Paulo de 6/8/1950, um artigo sobre a favela do Ibirapuera (27 domicílios, 144 pessoas) já comentava que os moradores desse assentamento eram pessoas pobres e não vadios e malfeitores, fortalecendo uma evidência empírica retomada na década de 70. Datam também da década de 40 a favela Ordem e Progresso, na Barra Funda, zona central do município (hoje erradicada), a favela do Vergueiro, na zona sul (também erradicada) e a de Vila Prudente, na zona leste, ainda existente. “Em 1957 apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados” (Finep/GAP, 1985, p. 66, relatando



convênio Casmu com a Confederação das Famílias Cristãs para a solução das favelas).

De acordo com dados encontrados no Dicionário de Favelas Marielle Franco (Azael et al., 2023), estima-se que mais de cem mil pessoas morem na favela de Paraisópolis atualmente, que completou 100 anos de existência em 2021. Com uma área de aproximadamente dez quilômetros quadrados, situada na zona sul de São Paulo, em área nobre do bairro Morumbi, o território é considerado a segunda maior favela do município, perdendo apenas para Heliópolis.

Segundo a autora Dad Squarisi (Correio Braziliense, 2019) “O nome da cidade remete ao éden. Paraisópolis se forma em duas palavras. Ambas greguinhas da silva. Uma: paraíso. A polissílaba quer dizer lugar de delícias e prazeres. A outra: pólis, que significa cidade [...]”. Além disso, de acordo com Gideão Idelfonso (Espaço do Povo, 2022):

O motivo para o nome dado para a região, segundo fontes de moradores locais, foi pelo fato de um empreendimento que seria construído na região após o loteamento, entendendo a partir das conversas que seria um condomínio com intenção de ser como Alphaville e Granja Viana, por exemplo. A quem diga existir um folder com uma ilustração da portaria do condomínio que parecia a entrada de um paraíso com um estilo todo colonial e com o nome “*Paraisópolis*” acima. Outro aspecto que sempre me interessou, gerando curiosidade para busca de seus significados, são os nomes das ruas da favela, ruas como Herbert Spencer, Ernest Renan, Rudolf Lotze ou Pasquale Gallupi somam-se aos seus apelidos, mas que de fato possuem nomes e expressam ao menos abstratamente significados que podem ou não se somar às histórias da comunidade.

Conforme a Secretaria Municipal de Habitação do Estado de São Paulo (2009), Paraisópolis teve sua gênese no ano de 1921, com a divisão da antiga Fazenda Morumbi em 2.200 lotes pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A. O abandono dos lotes por seus proprietários, devido à dificuldade de ocupação por sua topografia e falta de infraestrutura, facilitou a ocupação informal do espaço. Algumas décadas depois, a região contava com a ocupação informal de famílias de baixa renda que passaram a residir no local, em sua maioria migrantes do Nordeste. Secretária Municipal de Habitação do estado de São Paulo (2009):

Esse processo começou por volta de 1950, protagonizado principalmente por famílias japonesas (posseiros) que a transformaram em pequenas chácaras, além de atuarem como grileiros. Os anos 60 vão encontrar essa região com roças e gado bovino. Havia poucas casas e alguns bares, porém com a implantação de bairros de alto padrão como o Morumbi, os cemitérios Gethsemani e Morumbi, e a abertura de vias de acesso, como a Avenida



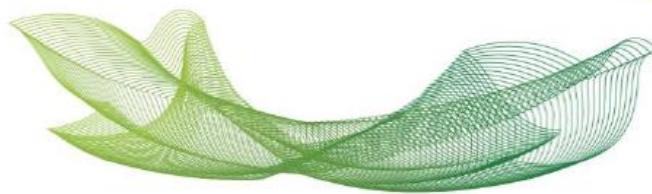
Giovanni Gronchi, a região passou a ser objeto de grande valorização, despertando o interesse econômico.

O acelerado crescimento populacional e desenvolvimento econômico da região, advindos da facilidade de emprego, principalmente pela necessidade de mão de obra no ramo da construção civil, fez com que esta passasse a ser valorizada e despertou o olhar dos investidores. Castilho (p.180, 2013) cita:

A região passou a ser valorizada a partir da década de 60, com a criação do bairro do Morumbi, abertura da Avenida Giovanni Gronchi, construção do estádio do São Paulo e transferência do Governo Estadual para o Palácio dos Bandeirantes. Nos anos 70, com o crescimento do setor da Construção Civil, a especulação imobiliária e a ausência de um planejamento voltado ao atendimento da população mais carente resultaram em uma urbanização precária, desprovida de mínimas condições de infraestrutura e serviços públicos.

A foto ilustrada abaixo, tirada de um helicóptero no ano de 2004 pelo fotógrafo e pesquisador em artes visuais Tuca Vieira mostra o contraste entre a favela de Paraisópolis e o bairro Morumbi, se tornou símbolo da desigualdade social e econômica a nível global por escancarar a disparidade de realidades e condições territoriais. A produção da imagem foi destinada a um caderno especial dos 450 anos da cidade no Jornal Folha de S. Paulo, comemorado em 25 de janeiro.

A imagem de grande impacto foi propulsora para a escolha da região explorada neste artigo, uma vez que retrata a disparidade territorial que a desigualdade social tem como consequência, assim como outros inúmeros fatores que são inerentes à ordem social capitalista. Estampada em diversos livros didáticos, a imagem sempre é utilizada para representar a disparidade social no Brasil.



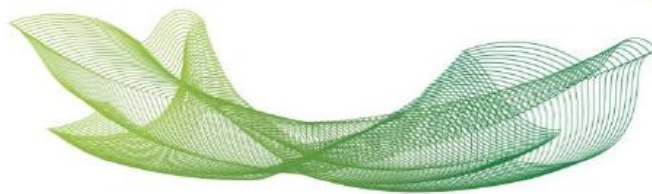
Fonte: (VIEIRA, 2004).

Portanto, a ordem societária capitalista neoliberal e a deficiência de políticas públicas abrangentes são propulsoras da desigualdade social, que culminam em suas múltiplas expressões. As favelas brasileiras representam o resultado do processo de formação histórica excludente, que visa o capital em detrimento dos direitos humanos e sociais, além disso representam resistência no que tange a luta pelos seus direitos.

3 A COVID-19 NO CENÁRIO BRASILEIRO E O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL

De acordo com a OMS (2021, p.14)

A COVID-19 é uma infecção aguda do sistema respiratório causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que teve seu primeiro caso confirmado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, OMS, declarou a pandemia e solicitou que os novos casos fossem registrados, alertando para os cuidados necessários para controlar a transmissão do vírus.



O primeiro caso da COVID-19 no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020 e como estratégia de contenção do vírus, o Brasil adotou medidas como o distanciamento social, o uso obrigatório de máscaras e a restrição de viagens. Além disso, diversos estados optaram pelo sistema de lockdown e quarentenas para tentar inibir o avanço do vírus.

O aumento da incidência da pandemia no Brasil e o elevado número de casos evidenciou de maneira clara os diversos efeitos das expressões da questão social no país, uma vez que os recursos e as informações não chegaram a todos. O acesso aos serviços de saúde tornou-se cada vez mais difícil para a maioria da população, afetando tanto os trabalhadores formais quanto os informais. Além disso, a pandemia tornou ainda mais visível o pauperismo, especialmente nas comunidades e grupos mais vulneráveis. Como destaca Yazbek (2020), “a pandemia escancarou as fragilidades estruturais da sociedade brasileira, evidenciando como a desigualdade social impacta diretamente o bem-estar da população”.

No campo da saúde, o Brasil enfrentou problemas sem precedentes durante a pandemia da COVID-19. A falta de insumos médicos essenciais como máscaras, ventiladores e medicamentos afetou a capacidade de resposta do sistema de saúde. Além disso, a falta de profissionais, agravada pelo grande número de casos, resultou em uma sobrecarga significativa nas unidades hospitalares. A superlotação de hospitais e leitos de UTI levou a situações críticas, em que muitos pacientes não conseguiram acesso a cuidados adequados.

Paralelamente, o país teve que combater a disseminação de informações falsas sobre a COVID-19, amplificadas pelas redes sociais. Esses dados imprecisos geraram confusão e desinformação, dificultando a adesão às medidas de prevenção recomendadas. Além disso, a postura negacionista de alguns governantes contribuiu para a incerteza e a polarização em torno das diretrizes de saúde pública, comprometendo a efetividade das estratégias de controle da pandemia. A combinação desses fatores exacerbou a crise sanitária e social, revelando fragilidades estruturais que precisam ser fortalecidas.

Que o Brasil é um país profundamente desigual já era evidente antes da pandemia de COVID-19, mas os impactos da crise sanitária tornaram ainda mais visíveis as desigualdades históricas que permeiam sua estrutura social. Essas disparidades, amplamente descritas por autores como Iamamoto (2011), expressam-se nas injustiças sociais e econômicas que não apenas se reproduzem, mas também



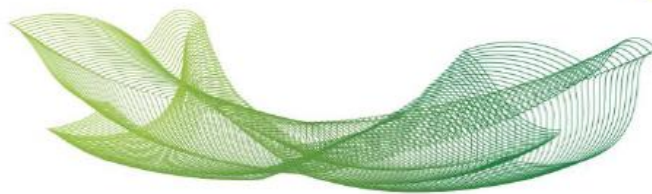
se intensificam através das estruturas sociais, políticas e econômicas existentes. Portanto, do ponto de vista social, ficou evidente que a crise de saúde não apenas expôs, mas também aumentou as vulnerabilidades de grupos historicamente marginalizados. O acesso desigual à informação, aos serviços de saúde e às condições básicas de vida gerou um cenário alarmante, onde as populações mais afetadas foram aquelas que já viviam em situações de precariedade

No âmbito educacional, muitas famílias enfrentaram dificuldades para acessar a internet e a tecnologia, comprometendo o aprendizado e a frequência escolar e, além disso, a pandemia acentuou as condições de extrema pobreza. As campanhas públicas, como “fique em casa” e “mantenha o isolamento social”, ignoraram as condições reais vividas pelos moradores dessas comunidades, destacando a desconexão entre as políticas públicas e as necessidades da população de baixa renda.

Dessa forma, a pandemia da COVID-19 não apenas escancarou as desigualdades, mas também ressaltou a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade e fortaleçam o sistema de proteção social.

4 METODOLOGIA

O presente artigo científico traz uma pesquisa básica com objetivo exploratório que será guiado por uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e quantitativo, que abordará a desigualdade social como fruto da política neoliberal, o conceito de território e os mecanismos de sobrevivência adotados pelos moradores da favela de Paraisópolis durante o período de 2020 a 2024. Para isso, serão utilizados dados do Observatório da Cidade de São Paulo, bem como artigos disponíveis na revista de Serviço Social e Sociedade do SciELO, no site Oasisbr - Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, Periódicos CAPES, Instituto Polis, dentre outros. Enquanto critério de análise dos impactos sociais causados pela pandemia da COVID-19, foram selecionadas três perspectivas a serem analisadas, sendo elas a educação, a saúde e a assistência social.



5 RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Hoje estou certo de que todo mundo é um e tudo o que nós tem é nós

Emicida

As palavras acima, pertencentes a música Principia do artista nacional Emicida (2019), traduzem o espírito de solidariedade e união que emergiu como força motriz em comunidades marginalizadas durante períodos de crise. Trazendo para o cenário pandêmico, essa filosofia se materializa de maneira exemplar na favela de Paraisópolis porque diante da ausência de políticas públicas eficazes, os moradores se organizaram em uma rede de apoio mútuo, demonstrando que, em meio à adversidade, a força coletiva pode ser a chave para enfrentar desafios aparentemente intransponíveis.

Neste trabalho de conclusão de curso, foram analisados os impactos sociais observados na pandemia e as iniciativas da comunidade para suprir as lacunas deixadas pelo Estado. O protagonismo dos moradores reflete uma realidade em que a união se torna não apenas uma resposta emergencial, mas também um mecanismo de resistência e sobrevivência em tempos de vulnerabilidade extrema.

De acordo com os artigos analisados, os efeitos sociais advindos da falta de políticas públicas adequadas durante o contexto pandêmico foram significativos, destacando-se os impactos causados na educação, saúde e assistência social. O acesso a serviços públicos, como a saúde, ficou ainda mais precário devido ao aumento da demanda e o isolamento social também afetou a renda das famílias, agravando a insegurança alimentar. Além disso, a educação também foi prejudicada, especialmente nas favelas, onde a precariedade do fornecimento de energia elétrica dificultou a implementação do ensino à distância. Decorrente da falta de planejamento e implementação de políticas públicas sanitárias capazes de controlar os impactos causados pelo vírus, a população de Paraisópolis buscou recursos humanos e financeiros para a contenção da pandemia.

5.1 EDUCAÇÃO

A política nacional de combate à pandemia não estabeleceu a educação e o funcionamento das escolas como um serviço verdadeiramente essencial, o que



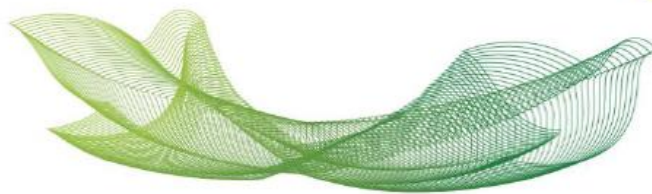
resultou diretamente em um atraso significativo na aprendizagem, um impacto que levará anos para ser recuperado. Nesse cenário, iniciativas como o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP), criado em 1998 com o objetivo de proporcionar acesso à saúde e à educação, se tornaram ainda mais cruciais. Durante a pandemia, o PECP se destacou ao implementar o Programa de Apoio Pedagógico do Núcleo de Educação, que auxiliou alunos de forma remota a partir de junho de 2020, desempenhando um papel importante na mitigação dos efeitos negativos da crise educacional.

O grupo de profissionais multidisciplinares se dedicou ao acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem e realizou ações que tinham como objetivo impedir a evasão escolar. Apesar disso, segundo uma pesquisa realizada no Observatório da Cidade de São Paulo, em 2021, o distrito da Vila Andrade, teve uma taxa de 2,79% de abandono escolar no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, sendo possível perceber que os impactos sociais causados na pandemia foram significativos e refletem na vida dos moradores da favela ainda nos dias de hoje.

Para mitigar os danos educacionais causados, a Prefeitura do Município de São Paulo poderia ter investido na ampliação de iniciativas como as oficinas de reforço escolar promovidas pelo Programa de Apoio Pedagógico Einstein, voltadas para a superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Além disso, a capacitação contínua dos profissionais da educação seria uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade das práticas pedagógicas e adequá-las às novas demandas educativas.

Outra ação essencial seria a distribuição de equipamentos tecnológicos e acesso à internet para os estudantes, possibilitando que realizassem suas atividades de forma remota em suas residências. Complementarmente, a criação de espaços comunitários fornecidos com computadores, livros e acesso à internet, funcionando de forma organizada com um sistema de rodízio, poderia garantir que todos os alunos tivessem acesso aos recursos necessários para sua aprendizagem.

Caso algumas dessas medidas tivessem sido planejadas e implementadas, entende-se que teria sido possível reduzir significativamente o déficit educacional na região bem como a evasão escolar. Além disso, muitos estudantes poderiam ter se sentido mais motivados a continuar seus estudos, promovendo a permanência e o engajamento no ambiente escolar.

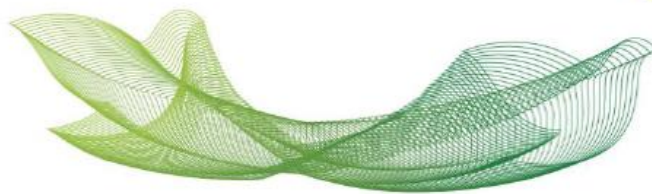


5.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um ano após o início da pandemia, o Brasil estava mais desigual e faminto, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza teve um aumento recorde e foram os maiores desde o ano de 2012, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na assistência social, segundo O Observatório da Cidade de São Paulo, Paraisópolis teve um aumento de 3,13% na quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até $\frac{1}{4}$ salário mínimo) entre 2020 e 2023. Dessa forma, por iniciativa dos moradores, a autora Leticia Evaristo Polydoro (2020), destaca a criação de projetos financiados por empresas privadas, destinados a capacitar mulheres da comunidade para a confecção de máscaras de tecido que foram distribuídas entre os moradores, contribuindo tanto para a contenção da disseminação da doença quanto para a geração de renda para as famílias envolvidas.

No que tange aos índices do Brasil como um todo, segundo dados coletados da Agência IBGE Notícias na Síntese de Indicadores Sociais (2022) entre os anos de 2020 e 2021 a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza cresceu 22,7% (ou mais 11,6 milhões de pessoas) e o das pessoas em extrema pobreza aumentou 48,2% (ou mais 5,8 milhões). Como estratégia para reduzir os problemas considerados, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) poderiam ter se movimentado para realização de visitas regulares aos domicílios de seus usuários referenciados com o objetivo de monitorar a necessidade dos moradores. Durante essas visitas, seria possível verificar informações mais concretas para uma distribuição mais eficaz de cestas básicas e ampliação do cadastro no auxílio emergencial, por exemplo.

Além disso, durante a pesquisa realizada para este trabalho, não foi possível encontrar dados concretos sobre a quantidade de moradores cadastrados no auxílio emergencial, o que reforça a necessidade de um acompanhamento mais sistemático. Em Paraisópolis, a população local se mobilizou para capacitar “presidentes de rua”, que assumiram funções semelhantes às dos técnicos do CRAS, evidenciando a substituição parcial do papel institucional por iniciativas comunitárias, destacando a importância da capacitação para os profissionais da Rede de Assistência Social para atender às demandas da população.

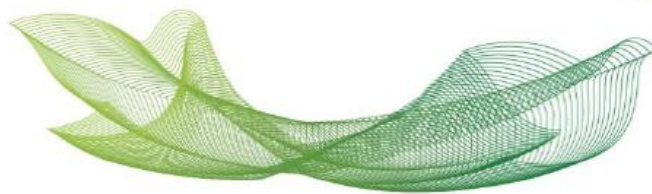


5.3 SAÚDE

Nos primeiros meses da pandemia, a favela de Paraisópolis contava com baixos índices de infecção e morte causados pelo vírus da COVID-19, mas essa realidade não perdurou ao decorrer do tempo devido à falta de planejamento por parte do Estado para amenização dos efeitos do vírus. Um levantamento feito pelo Instituto Polis e pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde mostrou que, em maio de 2020, no distrito da Vila Andrade, onde está localizada Paraisópolis, a taxa de mortes por COVID-19 era de 50 vítimas para cada 100 mil habitantes. Em relação apenas à favela, a taxa era de 16 mortes para cada 100 mil. Em agosto do mesmo ano, o índice passou para 54 óbitos por COVID-19 a cada 100 mil habitantes, um aumento de 237,5%.

Para aperfeiçoar o controle do vírus, a Prefeitura de São Paulo poderia ter aprimorado o monitoramento dos dados, realizando acompanhamentos semanais com os moradores para a coleta de dados precisos e assegurar encaminhamentos efetivos. Adicionalmente, seria possível elaborar uma lista de prioridades para a imunização e implementar o Consultório na Rua, que foi criado em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica, como uma estratégia para ampliar o acesso à saúde de indivíduos em situação de rua. Embora o seu foco inicial tenha sido as pessoas em situação de rua, a utilização mais ampla dessa iniciativa durante a pandemia poderia ter contribuído significativamente para a diminuição de contaminações e óbitos por COVID-19, especialmente na favela de Paraisópolis, onde a população já enfrentava o problema do acesso precário às políticas públicas e enfrentava questões de infraestrutura.

No que se refere às medidas de controle da disseminação do vírus, ações como a distribuição de kits de higiene nas unidades de saúde próximas à favela poderiam ter sido implementadas pelo poder público considerando que o acesso a itens como álcool em gel e máscaras foi dificultado devido à alta de preço no contexto pandêmico.



6 O TERCEIRO SETOR

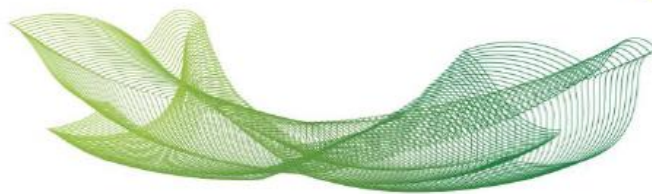
De acordo com todo o exposto, foi possível perceber que a maior parte das mobilizações se deu por empresas privadas, organizações do terceiro setor ou pelos próprios moradores da comunidade, visto a falta de interesse do Estado em atender as demandas dessa área. Além disso, foi identificada uma dificuldade em encontrar a transparência de dados sobre as iniciativas realizadas pelo governo, o que pode estar relacionado à possível intenção de não divulgar informações que evidenciem a ineficácia das políticas públicas na região.

O trabalho de conclusão de curso de Victória da Silva Soares realizado em 2020 e intitulado *A periferia brasileira no cenário da COVID-19: aproximações à realidade da Favela Paraisópolis - São Paulo (SP)*, enfatiza que, embora a mobilização comunitária realizada na favela tenha desempenhado um papel fundamental, é crucial reconhecer que o Estado mostrou resistência em destinar recursos para atender às demandas dessa população. Tal postura reflete uma tentativa de isentar-se da responsabilidade, ancorada no estigma relacionado à marginalização desse grupo social.

Segundo o Dicionário de Favelas Marielle Franco (2023), em uma parceria da União de Moradores com a Associação das Mulheres de Paraisópolis e o G10 Favelas surgiu o “programa de socorro” à comunidade na Zona Sul de São Paulo. O programa funcionou como uma rede de solidariedade entre os moradores da comunidade. As ações de caráter filantrópico foram impulsionadas pelo Presidente da União de Moradores - associação que representa a favela - Gilson Rodrigues, também presidente nacional e criador do G10 Favelas e líder comunitário de Paraisópolis eleito pelos moradores. Paula Paulo (G1 São Paulo, 2020):

Foram escolhidos 420 “presidentes de rua”, voluntários que são responsáveis por zelar por trechos de vias predefinidos, cada uma com cerca de 50 casas. Os “presidentes” têm a missão de monitorar se algum morador de sua região tem sintomas da COVID-19 ou se precisa de atendimento médico. Outra tarefa é a de identificar as famílias que estão com a renda reduzida ou mesmo sem renda e que estejam passando fome.

Ainda segundo Paulo (G1 São Paulo, 2020), um grupo de quinze mulheres preparou e distribuiu cerca de 1.300 marmitas por dia em Paraisópolis para os



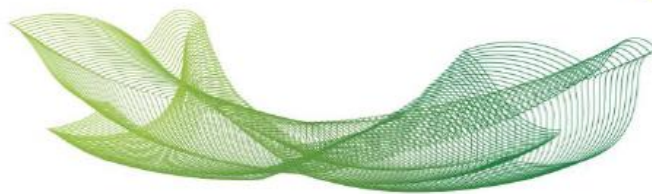
moradores que enfrentavam insegurança alimentar. A ação foi incentivada pela Presidente da Associação de Mulheres de Paraisópolis, Elizandra Cerqueira.

Com a ajuda da Central Única das Favelas, CUFA, a comunidade organizou a arrecadação e distribuição de cestas básicas, contratou médicos e enfermeiros para atuarem em toda a área, capacitou moradores como socorristas para operar nas 60 bases de emergência, disponibilizou ambulâncias equipadas para atender pacientes e casos suspeitos da COVID-19 e realizou testes rápidos da doença. Segundo Lima (2020):

A comunidade contratou, por meio de uma empresa privada, três ambulâncias equipadas para o atendimento de sintomáticos da COVID-19, incluindo uma UTI móvel. [...] Também foram contratados médicos, socorristas e enfermeiros para atuar 24 horas dentro da comunidade. Foram capacitados ainda 240 moradores como socorristas para apoiar 60 bases de emergência para pronto atendimento, criadas com a presença de bombeiros civis. Foram obtidos por meio de parceria privada 20 mil testes, disponibilizados nas três Unidades Básicas de Saúde de Paraisópolis [...] há também a campanha Adote uma diarista, na qual o valor doado é usado para apoiar diaristas que moram na comunidade. (LIMA, 2020).

A favela de Paraisópolis é considerada um exemplo de organização social. No combate ao vírus da COVID-19, a comunidade protagonizou ações eficazes de iniciativa própria e em parceria com empresas e terceiro setor, como foi destacado acima. Apesar das grandes ações deste último para atender essa população, também foi possível notar que o estereótipo da "caridade" foi reforçado, como se a população não tivesse sido negligenciada e violada pelos governos durante a pandemia.

Em conclusão, a resposta da comunidade de Paraisópolis durante a pandemia da COVID-19 exemplifica a resiliência e a força coletiva dos moradores diante da ausência de suporte estatal adequado. Neste período, ações eficazes, lideradas pela própria comunidade, evidenciaram a capacidade de autossuficiência frente à omissão do Estado. Apesar do apoio de empresas privadas e organizações do terceiro setor, as iniciativas locais demonstram que a população não apenas dependeu de atos de "caridade", mas também reagiu com protagonismo diante da negligência e das violações governamentais. A mobilização de moradores, por meio de redes de solidariedade como os "presidentes de rua" e bases de emergência, superou desafios impostos pela desigualdade e pela falta de políticas públicas adequadas. Assim, Paraisópolis não apenas sobreviveu às adversidades, mas mostrou como a força coletiva e a união podem ser instrumentos transformadores.



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou como a pandemia da COVID-19 não apenas intensificou as desigualdades sociais já existentes em Paraisópolis, mas também revelou a ausência de políticas públicas eficazes para atender às necessidades das situações de vulnerabilidade dessa população. A pesquisa teve como objetivo identificar os principais impactos sociais causados pela crise sanitária, destacando a precariedade no acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e assistência social e as consequências dessa fragilidade no cotidiano dos moradores da favela.

A ausência de dados claros e consistentes sobre a atuação do Estado é um ponto crítico que a pesquisa levantou, indicando que essa lacuna contribui para perpetuar a invisibilidade das favelas frente às políticas públicas. Os sites utilizados para coleta de dados, como o Observa Sampa, revelaram uma série de limitações nas informações disponibilizadas, tendo em vista que os gráficos apresentados não tinham legendas explicativas, prejudicando, assim, a compreensão dos dados. Além disso, as informações fornecidas frequentemente eram mal estruturadas e necessitavam de uma análise mais detalhada, o que dificultou a compreensão. Esses aspectos sugerem a importância de uma maior transparência e rigor na apresentação de informações públicas, especialmente em situações de crise como essas, em que a transparência e precisão são determinantes para a tomada de decisões.

Por outro lado, o protagonismo da comunidade de Paraisópolis é uma lição de solidariedade e resiliência. A organização de redes de apoio e a criação de iniciativas próprias, como o programa dos “presidentes de rua” e a mobilização de recursos externos mostram como uma ação coletiva pode diminuir as adversidades em contextos de abandono estatal.

Embora as hipóteses levantadas tenham sido confirmadas, fica evidente a necessidade de um olhar mais atento por parte das autoridades públicas. É fundamental que o aprendizado gerado pela mobilização comunitária de Paraisópolis sirva como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

O artigo destacou a relevância da atuação comunitária como resposta à ineficácia do Estado em territórios de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que reforçou a responsabilidade estatal em atender às demandas da população, apontando suas falhas nesse aspecto. Além disso, enfatizou-se a importância da



articulação com empresas privadas e organizações do terceiro setor para garantir os direitos da população, ressaltando que essa atuação não deve ser encarada como um ato de "caridade", mas sim como o cumprimento de um direito a ser garantido.

Durante os estudos realizados para a elaboração do presente artigo, foi possível concluir que a falta de assistência por parte do Estado somado à situação de calamidade pública que o Brasil vivenciou entre os anos de 2020 a 2022, agravou a questão social e causou um retrocesso no que tange a equidade social.

A lógica neoliberal, que vem sendo implantada no Brasil de forma exacerbada desde meados dos anos 90, resulta na falta de apoio do poder público diante das expressões da questão social. O resultado tangível desse modelo econômico excludente aparece em forma de dados estatísticos de diferentes tipos de vulnerabilidade, sendo as apresentadas neste artigo: o número de pessoas vivendo em situação de pobreza, a taxa do abandono escolar pela classe trabalhadora, a insegurança alimentar e a falta de acesso à saúde.

É imprescindível para o Serviço Social estudar esse assunto, tendo em vista que a profissão tem um papel crucial como ponte entre o Estado e as comunidades vulneráveis no que se refere às suas necessidades, uma vez que um de seus princípios fundamentais é a defesa da equidade e justiça social, garantindo a universalidade do acesso aos bens e serviços relacionados aos programas e políticas sociais e à gestão democrática (CFESS, 1993, p. 146).

Durante a pandemia, a falta de políticas públicas eficazes evidenciou a necessidade de profissionais capacitados para identificar demandas sociais e fomentar a conscientização sobre os direitos da população. Nesse cenário, o assistente social desempenha a função de mediador, ao traduzir as demandas da comunidade para o Estado e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso dos cidadãos às políticas e serviços.

Ademais, o Serviço Social é capaz de criar redes de suporte, tais como organizações do terceiro setor, empresas privadas e movimentos sociais, para suprir as lacunas deixadas pela administração pública. Essa conexão é crucial para assegurar que iniciativas comunitárias, como o programa de "presidentes de rua" em Paraisópolis, tenham uma abordagem ética e comprometida com os direitos humanos.

Conclui-se que a ausência de interesse do Estado em planejar e implementar políticas públicas voltadas especificamente para as favelas intensificou as manifestações da questão social. Essa negligência estatal é evidenciada tanto pela



**Educando
para a paz**

carência de dados concretos sobre a crise sanitária, particularmente nas favelas, quanto pela falta de ações efetivas para reduzir os impactos sociais durante e após a pandemia da COVID-19.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Taxa de mortalidade por Covid-19 em Paraisópolis aumenta 240%.** Agência Brasil, 28 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/taxa-de-mortalidadepor-covid-19-em-paraisopolis-aumenta-240-0>. Acesso em: 05 dez. 2024.

ALMEIDA, L.; GOMES, A. C. **Os significados das ruas de Paraisópolis.** Espaço do Povo - A realidade das favelas do Brasil Espaço do Povo, 17 maio de 2022. Disponível em: <https://espacodopovo.com.br/sem-categoria/os-significados-das-ruas-de-paraisopolis/>. Acesso em: 21 out. 2024.

ANDRADE, D. P. **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais.** Sociedade e Estado, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019. Acesso em: 21 out. 2024.

BORGES, A. M. A. **A dois passos do paraíso? Análise sobre a construção da favela Paraisópolis (São Paulo-SP) como destino turístico.** Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/f4d4ef00-ccdb-4b42-b366-b8d0d22ea343/content>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Consultório na Rua.** Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CASTILHO, J. V. **A favelização do espaço urbano em São Paulo.** Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/280133977/Mestrado-Juliana-Castilho>. Acesso em: 2 out. 2024.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

COUTINHO, T. et al. **Paraisópolis.** Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Parais%C3%B3polis>. Acesso em: 15 out. 2024.

EMICIDA. **Principia.** AmarElo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Streaming.

GOMES, D. **Favelas de São Paulo: territórios de desafios, solidariedade e oportunidades.** Disponível em: <https://osaopaulo.org.br/sao-paulo/favelas-de-sao-paulo-territorios-de-desafios-solidariedade-e-oportunidades/>. Acesso em: 8 out. 2024.

GUIARRARA, Paloma. **Favela.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/favela.htm>. Acesso em 14 out. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Agência de Notícias IBGE, 02 dez. 2022. Disponível em <https://acesse.one/ERaAt>. Acesso em: 5 dez. 2024.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Paraisópolis.** Wiki Favelas, s.d. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Parais%C3%B3polis#:~:text=Parais%C3%B3pol>



is%20%C3%A9%20segunda%20maior,tamanho%20para%20sua%20vizinha%20C%20Heli%C3%B3polis. Acesso em: 05 dez. 2024.

INSTITUTO POLIS. **Paraisópolis.** Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/paraisopolis/>. Acesso em: 1 out. 2024.

MANCEBO, A. L. G. M. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZxbFBrTzqbpNHjzCjcgMtNF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2024.

MORAIS, N. R. L. et al. **Prospecção fitoquímica e avaliação do potencial antioxidante de Cnidocolus phyllacanthus (müll. Arg.) Pax & k.hoffm. Oriundo de apodi – RN.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/MtrjvX7fZxnCrcnD4f9J6Ln/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 3 out. 2024

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Paraisópolis: famílias em situação de extrema pobreza e programas de transferência de renda. ObservaSampa.** Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php?page=indicadorFicha&id=29&nivelFiltro=1®iaoFiltro=183>. Acesso em: 3 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 1 out. 2024.

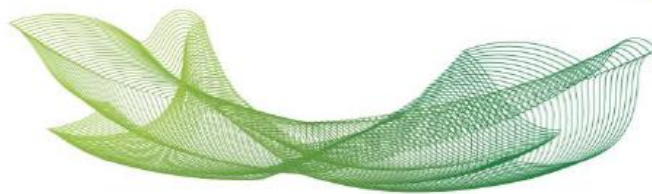
PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. **Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010.** Cadernos Metrópole, v. 18, n. 35, p. 75–100, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2016-3504/19147>. Acesso em: 2 out. 2024.

PERES, O. M.; SABOYA, R. **Segregação socioespacial, morfologia da expansão e fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio.** Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 16, p. e20230192, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/JwjZHM7WzCbVVBptQ837Yq/?lang=pt#>. Acesso em: 5 out. 2024.

POLITIZE. **Violência doméstica na pandemia: o que precisamos saber.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-domestica-pandemia/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Observa Sampa.** Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php>. Acesso em: 11 set. 2024.

SÃO PAULO. **Lei Nº 10.928, de 8 de janeiro de 1991.** Regulamenta o inciso II do artigo 148 combinado com o inciso V do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras



providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10928-de-08-de-janeiro-de-1991>. Acesso em: 7 out. 2024.

SÃO PAULO (Município). **História de Paraisópolis**. Portal Capital SP, s.d. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/habitacao/paraisopolisold/historia#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20tudo%20ficou%20no%20papel,Porto%20Seguro%2C%20vizinhas%20a%20Parais%C3%B3polis.&text=Ainda%20nos%20anos%201970%2C%20ficou,em%20projetos%20sociais%20na%20favela>. Acesso em: 05 dez. 2024

SILVA, S. A. DA. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais**. Confins, v. 52, n. 52, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/40687?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2024.

Soares, V. da S. (Ano). **A periferia brasileira no cenário da COVID-19: aproximações à realidade da Favela Paraisópolis - São Paulo (SP)**. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SOUZA, F.; BARIFOUSE, R. **Paraisópolis, 100 anos: Como o loteamento de luxo virou favela mais famosa de SP**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50694377#:~:text=BBC%20L%C3%AA,Parais%C3%B3polis%2C%20100%20anos%3A%20como%20loteamento%20de%20luxo%20virou,favela%20mais%20famosa%20de%20SP&text=Reportagem%20atualizada%20no%20dia%2016,de%20construir%20uma%20nova%20vida>. Acesso em: 20 out. 2024.

TASCHNER, S. P. **Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos**. Cadernos Metrópole, n. 05, p. 09–27, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294/6898>. Acesso em 5 out. 2024.

VIEIRA, A. D. **Cortiços - uma realidade velada**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=981:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 out. 2024.

YAZBEK, M. C. et al. **A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, [s.l.], n. 140, p. [sem página], 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7KdyBgqr46BS8KwYdvzSVgv/?lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2024.